

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.267 - PE (2019/0142567-2)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
EMBARGANTE : JOSE ANTONIO DE ANDRADE
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA - PB004007
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JOSÉ ANTÔNIO DE ANDRADE contra decisão de minha lavra, em que dei provimento a seu recurso especial para reconhecer a prescrição quinquenal (e-STJ fls. 232/236).

O embargante sustenta que o julgado omitiu-se quanto "ao afastamento, na espécie, da prescrição de fundo, e, dessa forma, ao restabelecimento da sentença de primeiro grau, que concedeu o benefício, desde a data do requerimento administrativo" (e-STJ fl. 239).

Segundo aduz, o acolhimento da pretensão visa "evitar futuros embaraços à parte embargante, quando o cumprimento da mencionada decisão pelo Tribunal Regional de origem merece ser integrado o julgado" (e-STJ fl. 240).

Intimada, a parte embargada não formulou impugnação (e-STJ fl. 246).

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão e erro material na decisão. *In casu*, verifica-se que, de fato, o *decisum* silenciou acerca dos efeitos do provimento do apelo especial.

Como se observa do apelo nobre, o pedido formulado pelo ora embargante cingiu-se ao afastamento do acórdão que julgou improcedente a ação pela decadência, proferido às e-STJ fls. 185/189, e ao reconhecimento do direito ao benefício, *in verbis* (e-STJ fl. 206):

Dessa forma, requer a esse Egrégio Colegiado que se digne em dar provimento ao presente recurso especial, para reformar o acórdão recorrido, no sentido de aplicar a regra prevista no art. 103, parágrafo único, da Lei nº. 8.213/91, já que a pretensão ao benefício previdenciário em si não prescreve, mas tão somente as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, pelo que o segurado faz jus à concessão do benefício, desde a data do requerimento administrativo.

Dessa forma, deve a decisão ser aclarada, a fim de que a parte dispositiva passe a constar o restabelecimento da sentença, que havia julgado procedente o pleito, com observância da prescrição quinquenal, tal como reconhecido nesta instância, nos

Superior Tribunal de Justiça

seguintes termos:

Ante o exposto, com base no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para reconhecer a prescrição quinquenal, restabelecendo a sentença de e-STJ fls. 116/119.

Ante o exposto, ACOLHO os presentes embargos de declaração na forma da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator